

Protagonismo social e suas contribuições para o desenvolvimento rural sustentável: um estudo de caso no município de Caririaçu – Ceará (Brasil)

Social leadership and contributions to rural sustainable development: a case study in Caririaçu – state of Ceará (Brazil)

Protagonismo social y sus contribuciones al desarrollo rural sostenible: un estudio de caso en el municipio de Caririaçu – Ceará (Brasil)

Môngolla Keyla Freitas de Abreu^a

Verônica Salgueiro do Nascimento^b

Adélia Alencar Brasil^c

Daniquele Pinho Andrade^d

^a*Professora da Universidade Estadual do Ceará, Iguatu, CE, Brasil
End. Eletrônico: mongolla.abreu@gmail.com*

^b*Professora do Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável da Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte, Ceará, Brasil
End. Eletrônico: vesalgueiro@gmail.com*

^c*Pesquisadora da Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte, Ceará, Brasil
End. Eletrônico: adelia@iabs.org.br*

^d*Consultora Técnica do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade, Brasília, DF, Brasil
End. Eletrônico: daniquele@iabs.org.br*

doi:10.18472/SustDeb.v7nEsp.2016.18753

Recebido em 10.05.2016

Aceito em 26.10.2016

ARTIGO

RESUMO

O estudo tem por objetivo discutir e refletir sobre o Protagonismo Social e Desenvolvimento Rural Sustentável a partir do relato de experiência de uma família camponesa, residente no município de Caririaçu, Ceará. O sujeito da pesquisa, D. Zefinha, protagonista social na comunidade Sítio São Paulo, Caririaçu, enfatizou a relevância das experiências agroecológicas e sua ação impulsionadora para o

desenvolvimento local. Optou-se pela abordagem qualitativa de caráter descritivo, sendo desenvolvida por meio da pesquisa bibliográfica, entrevista não estruturada e observação participante, com dados analisados a partir de seus conteúdos. Sob a ótica do Desenvolvimento Rural Sustentável a proposta de D. Zefinha está diretamente interligada às dimensões da sustentabilidade, por meio das suas atividades econômicas, conservação dos recursos naturais e das práticas de educação popular. Assim, é possível concluir que o protagonismo social pode e deve ser o meio de avanço nas comunidades rurais, especialmente naquelas resistentes às adversidades do semiárido nordestino.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Práticas Agroecológicas. Protagonismo Social.

ABSTRACT

This article aims to discuss the social leadership and sustainable rural development based on the experience of a peasant family residing in the municipality of Caririaçu, state of Ceará (Brazil). The research subject, Dona Zefinha, leader of the community Sítio São Paulo, in Caririaçu, emphasized the importance of agro-ecological experiences and its role as a driver for local development. We chose an approach based on qualitative description, conducted through literature search, non-structured interviews and participatory observation. The data were analyzed on the basis of their contents. From the perspective of sustainable rural development, Dona Zefinha's proposal is directly connected with the dimensions of sustainability, through her economic activities, the conservation of natural resources and popular education practices. Thus, it is possible to conclude that social leadership can and should be the means for the advancement of rural communities, especially those that resist the adversities of the semi-arid climate of the Brazilian Northeast region.

Keywords: Sustainability. Agro-ecological Practices. Social Role.

RESUMEN

El estudio tiene como objetivo discutir y reflexionar sobre el Protagonismo Social y el Desarrollo Rural Sostenible a partir del relato sobre la experiencia de una familia campesina, residente en el municipio de Caririaçu, Ceará. El sujeto del estudio, D. Zefinha, protagonista social en la comunidad Sítio São Paulo, Caririaçu, enfatizó la relevancia de las experiencias agroecológicas y su acción de impulso para el desarrollo local. Se optó por el enfoque cualitativo de carácter descriptivo, desarrollado a través de estudios bibliográficos, entrevista no estructurada y observación participante, con datos analizados a partir de su contenido. Desde la perspectiva de Desarrollo Rural Sostenible, la propuesta D. Zefinha está directamente ligada a las dimensiones de la sostenibilidad, mediante sus actividades económicas, conservación de los recursos naturales y de prácticas de educación popular. Así, es posible concluir que el protagonismo social puede y debe ser el medio de avance en las comunidades rurales, especialmente en aquellas que son resistentes a las adversidades de la región semiárida del Nordeste.

Palabras clave: Sostenibilidad. Prácticas Agroecológicas. Protagonismo Social.

INTRODUÇÃO

A humanidade vive hoje uma profunda crise ambiental, desencadeando uma série de problemáticas que refletem no ponto de equilíbrio mais complexo do ser humano, suas relações sociais. A busca pelo desenvolvimento mais equilibrado e harmônico tem direcionado olhares às adversidades ambientais, resultando na elaboração de documentos mundiais, propostas e ações de promoção do Desenvolvimento Sustentável.

Atualmente, experiências de agricultura sustentável têm sido uma das principais pautas de diálogos quando se discute sobre sustentabilidade e impactos ambientais. Os pequenos agricultores já foram alcançados por essas discussões, optando por práticas agrícolas de base ecológica, aumentando a

produtividade com o uso de insumos agrícolas orgânicos em áreas com adversidades ambientais, tal como no semiárido, reduzindo investimentos financeiros para a produção, aumentando a margem de lucro e alcançando, por diversas vezes, destaque em suas comunidades. Perpetua-se, assim, o sucesso produtivo da agroecologia, oferecendo conhecimentos e metodologias fundamentais para o desenvolvimento de uma agricultura que, além de economicamente viável, visa ser ambientalmente sadia e socialmente justa (ALTIERI, 2006).

A transição agroecológica, ao chegar a localidades com constante improdutividade, fez com que as famílias pluriativas, que ousassem utilizar da inovação agrícola, pudessem destacar-se diante da sociedade, destaque não somente no crescimento econômico, mas na aquisição de conhecimentos sobre a agricultura, de forma a favorecer futuras produções em terrenos desfavoráveis e/ou degradados. Surge, assim, o Protagonismo Social em estreita relação com as práticas agroecológicas, proporcionando avanços no meio rural que possibilitam por meio do empoderamento, da construção da identidade do homem do campo, a busca pelo Desenvolvimento Rural Sustentável.

A identificação de protagonistas sociais no meio rural mostra uma construção social mais participativa caminhando em direção ao avanço no campo, impulsionando o Desenvolvimento Sustentável, não somente na perspectiva ambiental, mas também econômica, política e social. Miranda e Tibúrcio (2011) conceituam protagonismo social territorial como o processo por meio do qual determinados atores sociais nativos de determinada localidade agem em coletividade como portadores da abordagem territorial e como principais impulsionadores da instalação, tanto da institucionalidade como do desenvolvimento territorial.

O objetivo deste artigo é promover a discussão sobre Protagonismo Social e Desenvolvimento Rural Sustentável a partir da sistematização do relato de experiência de uma família do campo, residente no município de Caririaçu, Ceará. A partir disso foi investigado sobre práticas de sobrevivência no semiárido com a família de D. Zefinha residente no meio rural do município de Caririaçu, Ceará; a fala dos sujeitos investigados foram analisadas sob a perspectiva do Protagonismo Social e Desenvolvimento Rural Sustentável, a fim de promover a convivência com o semiárido. Diante disso, vale ressaltar que este trabalho é de total relevância para a propagação de práticas positivas de convivência com o semiárido em prol do Desenvolvimento Rural Sustentável, tanto para a população local quanto para demais interessados na temática.

Além da Introdução e das Considerações Finais, o artigo é dividido em quatro partes, sendo uma intitulada “Uma Mudança de Paradigmas: a Convivência com o Semiárido em Contraposição à Noção de Combate à Seca” (item 2); outra “Desenvolvimento Sustentável: rural e integrado” (item 3), este por sua vez subdividido em “Protagonismo Social e Convivência com o Semiárido” (item 3.1); a última parte, “A Influência do Protagonismo Social no Desenvolvimento Local” (item 4), este com duas subdivisões: “Protagonismo Social no Meio Rural: História de Vida de D. Zefinha” (item 4.1); e “Práticas Agroecológicas e suas Implicações no Desenvolvimento Rural Sustentável” (item 4.2).

UMA MUDANÇA DE PARADIGMAS: A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO EM CONTRAPOSIÇÃO À NOÇÃO DE COMBATE À SECA

Os encantos com o rápido crescimento urbano acabaram marginalizando o rural, palco de tradições e práticas tradicionais residuais, uma vez que as características de desenvolvimento se remetiam apenas ao meio urbano, em decorrência da industrialização (LAUBSTEIN, 2011). Essa percepção sobre o meio rural é ainda mais acentuada no semiárido nordestino, local pouco compreendido a respeito de suas potencialidades.

O processo histórico de desenvolvimento do semiárido brasileiro é marcado por ações autoritárias do Estado, destacadas pela construção de açudes, com ações emergenciais assistencialistas; a autoridade estatal dita inclusive as alternativas a serem utilizadas para o combate à seca e; pela apropriação privada dos investimentos públicos por parte das oligarquias, ocasionando a concentração do poder econômico (ASSIS, 2012). No início da década de 1980, um conjunto de ações e de grupos de intervenção surge

no cenário político-institucional do Brasil em relação ao campesinato¹, resultando em uma grande quantidade de experiências que propunham ser democratizantes e que estavam dispostas a questionar sobre as relações de corte clientelista e/ou assistencialista e autoritárias (LEITE *et al.*, 2010). Essas experiências democratizantes certamente foram o ponto de partida para a mudança de paradigmas em relação ao semiárido brasileiro.

Assim, emerge, nas duas últimas décadas, o paradigma da convivência com o semiárido em contraposição à noção de combate à seca, especialmente por parte de entidades envolvidas com a temática de acesso à água (COSTA; DIAS, 2013; CONTI; PONTEL, 2013). Porém Schistek (2013) diz que mesmo que órgãos governamentais tenham iniciado a utilização e difusão do termo convivência com o semiárido, retornou atualmente com toda força o antigo termo combate à seca, pois a convivência com o semiárido era mais encarado como um modismo, para satisfazer as Organizações Não Governamentais (ONGs), enquanto que na realidade continuava o paradigma antigo. Diante dessas dicotomias, as discussões a seguir serão pautadas na dimensão da convivência com o semiárido, por acreditar que se faz necessário aprender a conviver com as adversidades ambientais, descobrindo limites e potencialidades de cada região.

O semiárido brasileiro, após séculos de abandono, inicia lentamente a ocupação do lugar que lhe é merecido no cenário nacional (DELGADO; LEITE, 2011). Começam a ter políticas direcionadas às especificidades da região, na perspectiva de convivência com o semiárido e outras ainda na linha do combate à seca. Isso mostra, claramente, as controvérsias que o semiárido instiga e a urgência de um debate mais aprofundado sobre quais são as reais necessidades de seu povo e a partir de qual conceito de desenvolvimento corresponde e impulsiona a justiça, a equidade, a segurança alimentar e nutricional e a vida de toda a população do semiárido, especialmente dos mais pobres (BAPTISTA, CAMPOS, 2013).

A sociologia rural atualmente objetiva realizar um debate de caráter científico e livre de conotações ideológicas que consiga contemplar as modificações da realidade compreendendo mais sobre o protagonismo e a criatividade das populações camponesas, sobretudo das populações rurais que se reinventam mundo afora (LAUBSTEIN, 2011). A proposta do protagonismo nesse caso segue a linha de pensamento de Weber (1982) quando fala da opção entre uma democracia com ou sem liderança, sendo a com liderança promotora de um desenvolvimento mais democrático. Nessa condição social, o povo escolhe o líder em que confia, caso não cumpra com o esperado, mais tarde o povo pode fazer o julgamento (WEBER apud GERTH e MILLS, 1982). Essas características do protagonismo indicam a necessidade dessa condição social no meio rural, localidade que geralmente é esquecida quando se trata de progresso.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: RURAL E INTEGRADO

Na perspectiva de Veiga (2000) não há o desenvolvimento rural de forma concreta e distinta do desenvolvimento urbano. Contudo, por ser um processo complexo, o desenvolvimento acaba por vezes sendo fragmentado para estudos e análises (VEIGA, 2000). Diante disso, ao longo deste estudo, o desenvolvimento rural será tratado na perspectiva de que este é parte do desenvolvimento integrado.

Na década de 1990, o projeto democratizante para o campo foi estruturado em torno da ideia de reforma agrária e de um modelo alternativo de desenvolvimento rural com base na agricultura familiar, e seus personagens foram os sem-terra, os agricultores familiares e os assentados. O olhar sobre o rural se tornou significativamente complexo a partir de então, com o surgimento de novos atores que saíram da invisibilidade e que passaram a reivindicar seu reconhecimento pela sociedade (DELGADO, 2010). Apesar de o Brasil ter avançado na última década em relação à perspectiva do Desenvolvimento Rural Sustentável (CARVALHO; DAVID, 2011), vale destacar que todos os programas propostos de Desenvolvimento Territorial Rural surgem dos ministérios setoriais (Ministérios da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Agrícola) e são destinados a um segmento específico do meio rural, o que certamente dificulta o desenvolvimento integrado dessas localidades (SOTOMAYOR; SAYAGO; SABOURIN, 2013).

Assim como a agricultura familiar, a agricultura ecológica é um agente impulsionador para o Desenvolvimento Rural Sustentável, prova disso é a adesão das práticas agroecológicas pelos movimentos sociais rurais (ALTIERI; TOLEDO, 2011). A relação da agroecologia com a proposta de Desenvolvimento Sustentável é percebida ao serem citados os princípios agroecológicos para a construção do Desenvolvimento Rural Sustentável de Moreira e Carmo (2007): integralidade; autonomia de gestão e controle; harmonia e equilíbrio; utilização de saberes locais vinculados aos sistemas tradicionais de manejo dos recursos ambientais; manutenção e fortalecimento dos circuitos curtos de comercialização; redução das externalidades negativas; pluriatividade; seletividade e complementaridade de rendas.

A ação governamental é crucial em locais onde a pobreza rural é relevante e onde predominam a fragmentação e a desarticulação econômica e social, a fim de liderar a construção de uma estratégia de desenvolvimento para o território (LEITE *et al.*, 2010).

Sobre a relação das políticas públicas com o desenvolvimento rural, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é um exemplo significativo, construído com o intuito de propiciar linhas de crédito para regiões de baixo dinamismo econômico, formulado no início dos anos 1990. Além do Pronaf, existe a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), criada em 2003, com o objetivo de reestruturar o sistema de assistência técnica no Brasil, tendo como foco as propriedades rurais familiares. Outro programa é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), surgido no interior do Fome Zero em 2003, que permite a compra pública de produtos de agricultores familiares para merenda escolar, doação a organizações de assistência social ou formação de estoques. Além desses programas, existem outras propostas de transferência de renda e seguro agrícola que também possuem impacto sobre a renda das famílias rurais do Brasil (SILVA, 2011; SCHNEIDER, 2003).

PROTAGONISMO SOCIAL E CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

Sobre o desenvolvimento integrado brasileiro, vale ressaltar que existiram e existem obstáculos e desafios que dificultaram os avanços no campo. O maior obstáculo ao Desenvolvimento Rural no Brasil vem da força política do agronegócio e da sua relevante influência da especialização na exportação de produtos agropecuários. Esse papel da agricultura na economia foi construído pelo projeto neoliberal e tem suas raízes nos desequilíbrios econômicos ocasionados pela crise externa, na década de 1980, assim como pela escolha por um percurso de liberalização e de integração da economia à globalização, na década de 1990 (DELGADO, 2010).

Várias estratégias de Desenvolvimento Sustentável têm sido encontradas em políticas governamentais, em práticas de empresas privadas e nos trabalhos de várias organizações da sociedade civil brasileira. Contudo, o Desenvolvimento Sustentável necessita exatamente de uma orientação, estratégia harmoniosa, entre seus protagonistas decisivos. O que está em questão nesse processo é a essência da própria cooperação humana e a maneira como, no tocante dessa cooperação, as sociedades optam por usar os ecossistemas dos quais dependem para sobreviver (ABRAMOVAY, 2010). A cooperação humana direciona para o destaque de alguns atores locais por meio do protagonismo sociopolítico.

Sobre a construção do protagonismo:

As condições e possibilidades para o protagonismo social são diferenciadas posto que são frutos de processos sociais, econômicos e políticos desregulares e fragmentados que guardam relação com a própria trajetória de formação história socioeconômica de cada território. São, portanto, imprevisíveis e bastante específicos (MIRANDA; TIBÚRCIO, p. 87, 2011).

As particularidades de cada localidade são refletidas na construção da protagonização, podendo inclusive afirmar que as adversidades são as fontes de incentivo para que a população local possa perceber o quão necessário é estar implicado no processo de desenvolvimento, ser sujeito participante e cidadão efetivo em uma sociedade repleta de desigualdades sociais. Segundo Assis (2012), o semiárido, assim como em todas as condições climáticas, possui suas especificidades, as quais não podem ser modificadas, sendo fundamental buscar formas de conviver com elas.

Nas três últimas décadas, as novas relações entre o Estado e sociedade civil foram estabelecidas, com ela espaços de participação social foram sendo construídos, e novos referenciais setoriais e globais direcionaram o Estado em suas ações. Estas, por sua vez, possibilitaram a reestruturação de regras e compreensões que impactaram mais ou menos as condições socioeconômicas da população, principalmente a do meio rural. Essas mudanças foram protagonizadas e simultaneamente direcionadas para a agricultura familiar, categoria reconhecida pelo Estado brasileiro em meados de 1990 (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

Ao falar sobre protagonismo no meio rural, as mulheres agricultoras se destacam por suas lutas, inclusive em nível mundial, especialmente na primeira década dos anos 2000. Tendo como exemplo atuações como Marchas das Margaridas organizadas em 2000, 2003, 2007 e 2011 por um conjunto de organizações coordenadas pela Comissão Nacional da Trabalhadora Rural da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), além das grandes manifestações da Via Campesina nas comemorações do dia 08 de março, que acontece desde 2006, anualmente (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2015).

A INFLUÊNCIA DO PROTAGONISMO SOCIAL NO DESENVOLVIMENTO LOCAL

O presente estudo trata-se de uma pesquisa descritiva, de abordagem qualitativa que, conforme Minayo (2009), trabalha com o mundo das aspirações, causas, valores, significados, crenças e atos. Optando pela abordagem qualitativa, as escolhas metodológicas e técnicas utilizadas para a construção deste estudo foram a coleta de dados: pesquisa bibliográfica, entrevista não estruturada e observação participante; e para análise de dados: análise de conteúdo. A pesquisa bibliográfica ocorreu em outubro e novembro de 2015; a entrevista e observação participante foram realizadas em dezembro de 2015; seguidas da análise de conteúdo em dezembro de 2015 e em janeiro do corrente ano. Todos os dados foram registrados em gravações de áudio, imagens e diário de campo.

As informações já coletadas e registradas foram interpretadas por meio da análise de conteúdo que, segundo Bardin (2011), é um conjunto de instrumentos metodológicos que se ocupa de uma descrição objetiva, quantitativa e sistemática do conteúdo retirado das comunicações e suas respectivas interpretações, ou seja, analisando significados.

O município de Caririaçu, lócus da presente pesquisa, possui aproximadamente 26.858 habitantes, situado a 375 km da capital do estado do Ceará, Fortaleza (IBGE, 2015; IPECE, 2013). O estudo foi realizado especificamente na zona rural do município acima descrito, especificamente no Sítio São Paulo, distante aproximadamente 8 km da sede do município em foco.

O Cariri cearense vive das expectativas de investimento e desenvolvimento nos setores da indústria, turismo, segurança, agricultura, saúde e transporte. Esses pontos foram destacados com a criação da Região Metropolitana do Cariri, composta pelas cidades de Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, consideradas as principais cidades, seguidas de suas vizinhas Santana do Cariri, Nova Olinda, Caririaçu, Farias Brito, Missão Velha e Jardim (AGUIAR NETO; TEIXEIRA, 2012), como mostra a Figura 1.



Figura 2 – Entrevista com D. Zefinha.

Fonte: Heriberto Vieira, 2015.

Os resultados a seguir foram divididos em duas etapas: Etapa I – Protagonismo Social no meio rural, a partir da sistematização da fala de D. Zefinha sobre sua história de vida, construção da identidade rural, empoderamento e sentimento de pertença; Etapa II – Práticas agroecológicas e implicações no Desenvolvimento Rural Sustentável na região do Sítio São Paulo, discutindo sobre as dimensões da sustentabilidade.

PROTAGONISMO SOCIAL NO MEIO RURAL: HISTÓRIA DE VIDA DE D. ZEFINHA

D. Zefinha, 51 anos, casada, mãe de duas filhas, reside no Sítio São Paulo, meio rural do município de Caririáçu, Ceará. Licenciada em Letras, especialista em Psicopedagogia, professora da rede pública municipal de ensino, comerciante, agricultora e dona de uma empresa de polpas de frutas, esta criada em parceria com sua mãe, cunhada e sobrinha. Teve acesso à escola regular, mesmo que a princípio de forma limitada. Mostrando determinação, continuou a educação básica e superior na sede de Caririáçu, pós-graduação e demais cursos em Juazeiro do Norte.

A autonomia é um dos princípios que determina as condições de perspicácia e objetividade na realização de projetos de vida de D. Zefinha, características que são a base do empoderamento. Segundo Schiavo e Moreira (2005), empoderamento implica conquista, superação e avanço por parte daquele que se empodera, sendo um cidadão ativo no processo.

A entrevistada relata entre as dificuldades para continuar os estudos no ensino médio e na educação superior, a concepção de que estudar e voltar a residir no meio rural não seria diante daquela comunidade sinal de avanço, como mostra a seguir:

Aí disseram assim ó: pra que vocês estudarem se vocês não vão arranjar emprego? Eu disse assim: elas são elas, elas estudaram e não procuraram. Agora, eu não, eu sou diferente, eu vou estudar e vou alcançar o que eu quero (D. ZEFINHA, 2015).

Essa fala revela o quanto a população, especialmente a rural, ainda precisa compreender sobre a relevância da educação para o avanço da humanidade. Pois no momento em que o homem refletir e\ou compreender a respeito da realidade da sua comunidade, será capaz de levantar hipóteses sobre como superar os desafios e assim buscar soluções para sobreviver diante das adversidades, conseqüentemente, poderá promover mudanças positivas (FREIRE, 2008). Nessa busca de progresso pessoal e coletivo da comunidade, D. Zefinha resolveu criar uma associação, a Associação Frutos da Terra, dentro da sua propriedade rural e onde funciona sua empresa de polpa de frutas, com acesso livre aos moradores do Sítio São Paulo e demais interessados. Vale salientar que, além desta, na comunidade há a Associação dos Moradores.

D. Zefinha, como educadora da rede municipal de ensino, acaba influenciando a (re)construção de paradigmas dos alunos e demais moradores, especialmente por meio da educação popular em encontros regulares da Associação: “Eu ganho dinheiro e tudo, mas não é por nada, é porque eu quero mostrar pras pessoas daqui que eles podem viver aqui sem precisar sair daqui. Esse é meu maior objetivo (DONA ZEFINHA, 2015).” Nesse trecho é evidente o sentimento de pertencimento que, segundo Zaoual (2006), interfere positivamente para o desenvolvimento da localidade, levando em consideração as potencialidades do local e a relação do povo com seu território e sua cultura, como meios para desenvolver principalmente o comprometimento com a comunidade em que residem.

PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS E SUAS IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Conviver com o semiárido significa viver, produzir e se desenvolver, não apenas a partir de uma visão que valorize e promova a concentração de bens, mas que enfatize a partilha, a equidade e a justiça, querendo bem à natureza e conservando-a (BAPTISTA; CAMPOS, 2013). Diante dessa percepção, serão apresentados a seguir os resultados sobre as práticas de D. Zefinha e familiares na sua área de produção agrícola (Figura 3), como meios de sobrevivência nas condições inóspitas que o semiárido apresenta.



Figura 3 – Sítio Agroecológico de D. Zefinha.

Fonte: Môngolla Abreu, 2015.

EXPERIÊNCIAS AGROECOLÓGICAS

D. Zefinha teve interesse em conhecer um pouco mais sobre agroecologia e praticá-la efetivamente a partir da visita de um grupo de estudantes do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (Procampo) da Universidade Regional do Cariri. D. Zefinha segue propostas da agroecologia, agricultura sustentável, educação libertadora e humanizadora. Segundo Moreira e Carmo (2007), a agroecologia como toda ciência está em contínua construção, o que exige dos envolvidos com essa área de conhecimento uma abertura epistemológica.

Sobre o início do envolvimento com a agroecologia:

As minhas origens desde quando eu comecei, desde frequentar as associações, aprendendo com os técnicos da Ematerce, aprendendo algumas tecnicazinhas, primeiro como cultivar o solo, que era não fazendo a queimagem, não desmatando, então eu já fui aprendendo [...]. No sertão não adianta querer cultivar pé de coco da praia, porque qual é o nosso coco? O coco catolé. Então, eu fui vendo quais as plantas que realmente são nossas. Então aqui nós devemos cultivar o coco catolé, a cajarana, o cajá, a siriguela, o mandacaru, deixar algumas plantas nativas [...] (D. ZEFINHA, 2015).

D. Zefinha buscou por meio de internet, livros, palestras e outras vias de comunicação e informação como utilizar e adaptar as técnicas de cultivo do solo e chegar a um nível de sucesso produtivo. Além disso, citou sobre o papel do agente da Empresa de Assistência Técnica de Extensão Rural do Ceará (Ematerce), do secretário de Agricultura do município e a importância dos cursos, dos quais participou. Porém, fica a pergunta: Como ficam os agricultores que desconhecem e\ou não têm acesso à grande parte dessas vias de aprendizagem? É preciso existir encontros no meio rural que favoreçam a aprendizagem sobre como conviver com o semiárido, com as adversidades do ambiente, pois as condições de vida, o nível de escolaridade das famílias e a presença de políticas públicas na comunidade são pontos relevantes que devem ser considerados e relacionados com as proposições de ações de desenvolvimento local sustentável (SOUSA; OLIVEIRA; FREITAS, 2008).

Percebe-se ainda na fala da entrevistada o reconhecimento das especificidades de cada localidade, questionamento básico que deveria ser refletido pelos fazedores de políticas públicas que por diversas vezes trazem propostas para as comunidades por meio da exportação do sucesso produtivo em outras localidades, sem considerar as condições ambientais, culturais e até mesmo sociais de cada lugar. Sobre a relação de políticas públicas com desenvolvimento rural, sabe-se que políticas de origens plurais, especialmente advindas de outros países, são apenas transferidas, sem que haja o devido ajuste à realidade local (MASSARDIER; SABOURIN, 2013).

D. Zefinha revela ainda várias experiências técnicas positivas para a agroecologia, tais como biofertilizante\biodefensivo, barragens e valas, e aproveitamento de toda matéria orgânica possível. Primeiramente, sobre os fertilizantes e defensivos naturais, a entrevistada cita a orientação feita pelo secretário de Agricultura em um curso na comunidade do Sítio São Paulo:

O meu sítio até produz mais eu usando este biodefensivo nas plantas, porque não é para matar os insetos, o biodefensivo é quando eu coloco a urina de vaca, quando o inseto chega ali para sugar a planta, ele vai sentir que tá fedendo e vão migrar para outros lugares (D. ZEFINHA, 2015).

O fertilizante fabricado pela entrevistada é feito com esterco e urina de gado bovino, caldo da cana cinza e pó de osso. Boemeke (2002) afirma que a urina dos bovinos, além de fornecer nutrientes, tais como nitrogênio, fósforo, potássio, cálcio, zinco e cobre, e disponibilizar fenóis que aumentam a resistência da planta e o ácido indolacético, que é um hormônio natural de crescimento dos vegetais, não põe em risco a saúde do produtor. Indicando assim que a prática tem fundamentação teórica e a mesma justifica a fala da protagonista social em foco, de que a produção agrícola aumentou depois do uso da urina da vaca.

Sobre os recursos hídricos:

Tava querendo saber como segurar a água no meu sítio, essa água que escorre no chão. Então, eu fiz um vale assim: a água já cai dentro. Aí no vale eu fiz uma barragem maior, aí aquela água que apara, que descia direto, já cai dentro da barragem, já vai ali o quê? Já vai aguando, aquela água que sai ali vai minando por baixo pouco a pouco, aquela área ali vai ficar mais fresca (D. ZEFINHA, 2015).

É notório o cuidado em conservar a água em seu terreno por mais tempo, a entrevistada informou que a partir de pesquisas sobre construção de barragens em outras comunidades (Figura 4), compreendeu a importância destas para evitar a erosão do solo e a lixiviação de partículas superficiais do solo, especialmente seus nutrientes.



Figura 4 – Um dos tipos de barragens

Fonte: Môngolla Abreu, 2015.

Além das *barraginhas*, como chama D. Zefinha, ela ainda fez uma vala (Figura 5) que, segundo ela, além de acumular água, deixa a área irrigada por mais tempo em determinadas áreas do seu sítio. Duque (2008) cita que estratégias como essas de sobrevivência existem ao longo da humanidade, e são essas experiências e estratégias que possibilitam a convivência com o semiárido da melhor forma. Mostra-se aí o papel da escolhida da comunidade, D. Zefinha, escolhida após um determinado período de destaque em suas atividades econômicas, tal como a criação da associação de polpas de frutas e o aumento da produtividade agrícola. Além desse destaque, teve o envolvimento com a comunidade em ações educativas, que foram fazendo com que D. Zefinha passasse a ser visionada como protagonista da comunidade São Paulo, referenciada como tal em outras comunidades da região.



Figura 5 – Vala construída por D. Zefinha.

Fonte: Môngolla Abreu, 2015.

Essas estruturas foram feitas com investimento financeiro de D. Zefinha, lembrando que a água na região ainda é bastante limitada, disponibilizada na maioria das vezes por carros-pipas, pois poucos agricultores familiares têm acesso aos recursos disponibilizados pelas políticas de desenvolvimento (DUQUE, 2008). Logo, restam os programas assistenciais, porém, esse tipo de auxílio não resolve o problema, pois não disponibiliza para as famílias agricultoras os meios e recursos essenciais para garantirem uma produção que satisfaça as suas necessidades.

Diante disso, fica o questionamento sobre porque existe tão acentuada pobreza rural, mesmo diante de políticas assistencialistas? Até que ponto elas realmente assistem as necessidades do povo? O Estado assume o controle no combate à seca, contudo, no caso de convivência com o semiárido, os moradores da região passam a assumir esse papel (ASSIS, 2012). Uma vez que o apoio político à convivência com o semiárido inexistente, há maior probabilidade de identificar o protagonismo, individual ou coletivo, nos mais diversos grupos populacionais vulneráveis do nosso país.

D. Zefinha, ao passo que cita e mostra cada uma das técnicas usadas para melhorar seu cultivo agrícola, representa seu destaque em meio a um grupo populacional, desacreditado das condições ambientais impostas, e que, conseqüentemente, se submetem ao assistencialismo político.

DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

A proteção ao meio ambiente, crescimento econômico e equidade social podem ser considerados como principais componentes do Desenvolvimento Sustentável, pois nestes se inserem as dimensões da sustentabilidade conforme cita Chacon (2007):

A sociocultural, que busca apreender o nível de inclusão da população residente, bem como o grau de respeito aos costumes locais; a econômica, que avalia as principais variáveis relativas ao emprego e à renda, bem como aos índices de pobreza da região; a ambiental, que engloba as informações sobre as condições naturais do espaço estudado; e a institucional e política, que analisa a capacidade das instituições que atuam localmente, bem como a interferência de instituições externas e a atuação do governo (CHACON, 2007, p. 210-211).

Todas as dimensões da sustentabilidade citadas por Chacon (2007) serão discutidas a seguir, por meio da interpretação e análise das informações coletadas na pesquisa de campo do presente estudo, bem como serão relacionadas às perspectivas do Desenvolvimento Rural Sustentável. O Desenvolvimento Rural Sustentável possibilita estabelecer limites ecológicos, busca equidade social, o que ocasiona avanços na autoestima do ser humano (PERSKE, 2004).

A princípio, sobre a dimensão sociocultural da sustentabilidade, D. Zefinha fala sobre a criação da Associação Frutos da Terra, local onde também funciona sua empresa de polpas:

Então, faço a reunião pra abrir a mente deles, pra mostrar pra eles. A castanha que vocês vendem, vocês não vão vender por quilo não? Pega a castanha, torre, coloque num saquinho. Eu levo pra eles, mostro pra eles [...] pra eles ganharem dinheiro, sem precisar sair daqui (D. ZEFINHA, 2015).

D. Zefinha revela através dessa fala sua percepção sobre a necessidade da mudança de paradigmas, uma vez que ela já possui percepções diferenciadas da maioria da população de sua comunidade. Malvezzi (2007) cita isso quando diz que para conviver com o semiárido é preciso uma profunda revolução cultural, enfatizando que a mudança não é apenas por novas tecnologias, distribuição da terra, mas também pela alma, a inteligência. Sendo essencial um processo de educação popular mais profundo, articulando prática e reflexão.

É necessário direcionar os olhares para a Educação, para a possibilidade de (re)construir o ser humano e a partir deste modificar a sociedade (FREIRE, 2008). Segundo D. Zefinha, os participantes da comunidade geralmente têm dificuldade de aceitar inovações na forma de produção agrícola e comercialização dos produtos, assim como em outras atividades do cotidiano rural.

A dimensão político-institucional é bem complexa não podendo nesta discussão ser aprofundada em sua riqueza de informações e reflexões, pois, como já foi citado, é importante o aporte financeiro do Estado, o incentivo por meio de políticas públicas que visem o desenvolvimento, aqui especialmente discutido o Desenvolvimento Rural Sustentável. D. Zefinha disse que os programas que existem para assistir a comunidade são Bolsa Família, Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar, sendo essa contemplada pelos dois últimos, por meio do incentivo à sua empresa de produção de polpas de frutas.

Conforme Baptista e Campos (2013), o semiárido convive com diversos problemas que impedem seu progresso, entre eles está a falta de políticas públicas centradas na perspectiva da convivência com o seu clima. Leite *et al.* (2010) afirmam que a ação governamental deve disponibilizar um mix de políticas públicas setoriais, implementadas horizontalmente, que essas políticas públicas não exerçam o assistencialismo simplesmente, mas que criem oportunidades para os agricultores se organizarem, gerando renda e emprego, construindo o empoderamento desse povo, aderindo aos direitos sociais básicos de cidadania e exercício de ações coletivas, estimulando a solidariedade e ainda mais sinalizando os benefícios sociais que podem ser alcançados por sua valorização.

Sobre a dimensão ambiental, como afirma Malvezzi (2007), não é possível falar em desenvolvimento sem falar em sustentabilidade ambiental, especialmente no semiárido, que exige um desenvolvimento que respeite as leis do seu equilíbrio natural. A população, além de reconhecer os limites do semiárido, deve identificar suas potencialidades, romper com o conceito de que esse é um local pouco produtivo, principalmente deve aprender a usar estratégias de sobrevivência no semiárido. Fica em momentos como este a oportunidade do empoderamento acentuado dos protagonistas sociais como via de acesso ao Desenvolvimento Rural Sustentável, buscando formas de sobrevivência e desenvolvimento em meio às adversidades.

Por fim, sobre a última dimensão do Desenvolvimento Sustentável aqui discutida, dimensão econômica, é notória a sua relação direta com a fala de D. Zefinha, especialmente ao relatar sobre a aquisição de equipamentos para sua empresa: “Hoje nós temos 5 *freezers*, e compramos a despoldadeira também, as caixas, as bacias, as facas e tudo, a seladeira, a gente foi fazendo dessa forma (D. ZEFINHA, 2015).” Mostra a visão empreendedora, o investimento em uma proposta de atividade econômica que deu certo, com perspicácia e autonomia nas suas decisões. Envolvendo não somente os moradores da

comunidade São Paulo, mas comunidades circunvizinhas e até mesmo de outros municípios que escutam o sucesso produtivo, social e cultural de D. Zefinha juntamente a sua comunidade rural.

Ao apresentar a respeito da experiência de sobrevivência no semiárido da família de D. Zefinha foi possível identificar a contemplação de todas as dimensões da sustentabilidade. E assim ter a esperança de que a partir da propagação de boas práticas de convivência com o semiárido, em conformidade com o protagonismo social, seja possível alcançar o Desenvolvimento Sustentável, Rural e Integrado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações apresentadas, discutidas e analisadas ao longo deste estudo direcionam olhares para diversas reflexões, primordialmente para a percepção de que diante da complexidade das ações protagonistas de uma mulher pluriativa no meio rural nordestino compreende-se que esta pauta requer interpretações e análises de forma contínua. Contudo, serão apresentadas algumas considerações finais, pois este assunto não seria possível concluir apenas a partir da fala de alguns personagens, requer a visão e percepção sobre todos os sujeitos envolvidos a qual é proposta para trabalhos complementares desta pesquisa.

Este estudo proporcionou a reflexão e a compreensão sobre práticas de sobrevivência no semiárido, especialmente pelo exemplo de D. Zefinha residente no Sítio São Paulo, no qual o Desenvolvimento Rural Sustentável está sendo impulsionado por práticas agroecológicas e as demais atividades feitas pela protagonista social supracitada. As dimensões da sustentabilidade: sociocultural, político-institucional, ambiental e econômica foram claramente identificadas nas interações vivenciadas por meio da educação popular, da compra e venda de frutas, do sentimento de pertença e do empoderamento, da conservação dos recursos naturais, do uso de insumos orgânicos e de tantas outras atividades.

As ações protagonistas de D. Zefinha têm dado visibilidade à prática agroecológica na região de Caririaçu, além de incentivarem os produtores agrícolas de sua comunidade a construir novas formas de produzir em meio às secas prolongadas. Por fim, conclui-se que o Protagonismo Social pode surgir da necessidade de sobrevivência diante das adversidades encontradas no semiárido nordestino brasileiro, consequentemente, tornar-se uma força motivadora para o Desenvolvimento Sustentável, Rural e Integrado.

NOTA

¹O campesinato configura-se por uma organização social específica que em determinados momentos atende aos interesses capitalistas, e em outro lhes é contraditória. Assim, se por um lado o mercado domina o campesinato, por outro, ele não o organiza (TAUSSIG, 1980).

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. *Desenvolvimento sustentável: qual a estratégia para o Brasil?* Novos Estudos, n. 87. Julho, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n87/a06n87.pdf>> Acesso em: nov. 2015.

AGUIAR NETO, R. P.; TEIXEIRA, M. da S. *Desenvolvimento Regional: um estudo na região metropolitana do Cariri*. Id on-line Revista de Psicologia. Ano 6, n. 18, Novembro/2012. Disponível em: <<http://idonline.emnuvens.com.br>> Acesso em: out. 2015.

ALTIERI, M. A. *Agroecología: principios y estrategias para una agricultura sustentable en América Latina del siglo XXI*. Tradução: Francisco Roberto Caporal. In: O desenvolvimento rural como forma de aplicação dos direitos no campo: princípios e tecnologias. MOURA, E. G.; AGUIAR, A. C. F. (Org.). São Luís, UEMA, 2006. p. 83-99). Brasília, 11 de novembro de 2006. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Agroecologia_-_principios_y_estrategias.pdf> Acesso em: nov. 2015.

ALTIERI, M. A.; TOLEDO, V. M. *The agroecological revolution in Latin America: rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants*. Journal of Peasant Studies, 2011. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/03066150.2011.582947>> Acesso em: out. 2015.

ASSIS, T. R. de P. *Sociedade Civil e Construção de Políticas Públicas na Região Semiárida Brasileira: o caso do Programa um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC)*. R. Pol. Públ., São Luís, v. 16, n. 1, p. 179-189, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Mptiyfz03c4J:www.revistapoliticaspUBLICAS.ufma.br/site/download.php%3Fid_publicacao%3D471+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Acesso em: nov. 2015.

BAPTISTA, N. de Q.; CAMPOS, C. H. S. *Caracterização do Semiárido Brasileiro*. In: Convivência com o Semiárido Brasileiro: autonomia e protagonismo social / CONTI, I. L.; SCHROEDER, E. O. (Org.). Editora IABS, Brasília-DF, Brasil - 2013. 208 p.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.

BOEMEKE, L. R. *A urina de vaca como fertilizante, fortificante e repelente de insetos*. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, v. 3, n. 4, out/dez 2002

CARVALHO, A.; DAVID, C. *Políticas Públicas para o Campo e Desenvolvimento Rural Sustentável*. Geo UERJ - Ano 13, n. 22, v. 1, 1º semestre de 2011. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj>>. Acesso em: jul. 2015.

CHACON, S. S. *O sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semiárido*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007. p. 205-269.

CONTI, I. L.; PONTEL, E. *Transição paradigmática na convivência com o Semiárido*. In: Convivência com o Semiárido Brasileiro: autonomia e protagonismo social / CONTI, I. L.; SCHROEDER, E. O. (Org.). Editora IABS, Brasília-DF, Brasil - 2013. 208 p.

COSTA, A. B.; DIAS, R. de B. *Estado e sociedade civil na implantação de políticas de cisternas*. In: COSTA, A. B. (Org.) Tecnologia Social e Políticas Públicas. São Paulo: Instituto Pólis; Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2013. 284 p.

DELGADO, N. G. *O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula*. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasil rural em debate: coletânea de artigos. Nelson Giordano Delgado (Coord.). Brasília: Condraf/MDA, 2010. 363 p.

DELGADO, N. G.; LEITE, S. P. *Políticas de Desenvolvimento Territorial no Meio Rural Brasileiro: novas institucionalidades e protagonismo dos atores*. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 54, n. 2, 2011, p. 431-473.

DUQUE, G. *Conviver com a seca: contribuição da Articulação do Semiárido/ASA para o desenvolvimento sustentável*. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 17, p. 133-140, jan./jun. 2008. Editora UFPR.

FREIRE, P. (1979). *Educação e Mudança*. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

GABRIELLI, C. (2014). *Planejamento turístico no Cariri Cearense: integração e desenvolvimento responsável*. Tourism and Hospitality International Journal, 3(3), 242-258.

GERTH, H. H.; MILLS, C. W. *Introdução: o homem e sua obra*. In: WEBER, M. Ensaios de sociologia. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. *Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil*. In: Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil / GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.) – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. 624 p. Série Estudos Rurais.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=230320>>. Acesso em: dez. 2015.

IPECE. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. *Mapa da Região Metropolitana do Cariri Cearense - Brasil*. Ceará em Mapas: informações georreferenciadas e espacializadas para os 184 municípios cearenses. Governo do Estado do Ceará. Secretaria do Planejamento e Gestão. 2007. Disponível em: <<http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo1/11/139x.htm>>. Acesso em: fev. 2015.

_____. *Perfil Básico Municipal 2013*. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2013/Caririacu.pdf>. Acesso em: dez. 2015.

LAUBSTEIN, F. C. *A ruralidade ontem e hoje: uma análise do rural na contemporaneidade*. AURORA Ano V, n. 8 – Ago. 2011

LEITE, S. P. et al. *Políticas Públicas, desenvolvimento territorial e atores sociais no meio rural brasileiro*. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasil rural em debate: coletânea de artigos. Nelson Giordano Delgado (Coord.). Brasília: Condraf/MDA, 2010. 363 p.

MALVEZZI, R. *Semiárido: uma visão holística*. – Brasília: Confea, 2007. 140p. – (Pensar Brasil).

MASSARDIER, G.; SABOURIN, E. *Internationalization and dissemination of rural territorial development public policies: model hypotheses for Latin America*. Sustentabilidade em Debate - Brasília, v. 4, n. 2, p. 83-100, jul/dez 2013. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/view/9489/7358>>. Acesso em: dez. 2015.

MINAYO, M. C. S. *Trabalho de Campo: contexto de observação, interação e descoberta*. In: MINAYO, M. C. S.; DESLANGES, S. F.; GOMES, R. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade (p. 61-77). 25. ed. Petrópolis: Vozes. 2009.

_____. (Org.). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MIRANDA, C.; TIBÚRCIO, B. *Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil*. In: Sérgio Pereira Leite [et al.] (autores); MIRANDA, C.; TIBÚRCIO, B. (Org.). Brasília: IICA, 2011. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 14).

MOREIRA, R. M.; CARMO, M. S. do. *A Agroecologia na Construção do Desenvolvimento Rural Sustentável*. Rev. Bras. Agroecologia, v. 2, n. 1, fev. 2007. Disponível em: <<http://www.agriculturasamazonicas.ufpa.br/PDF'S/artigo%20Moreira%20e%20Carmo%20Agroecologia.pdf>>. Acesso em: ago. 2015.

PERSKE, R. C. F. *Sistemas Agroflorestais em Pequenas Propriedades no Município de Hulha Negra*. BAGÉ/RS, 2004. Dissertação. Universidade da Região da Campanha – Urcamp. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Mono_Rodolfo_Perske.pdf>. Acesso em: nov. 2015.

SCHIAVO, M. R.; MOREIRA, E. N. *Glossário Social*. Rio de Janeiro: Comunicarte, 2005.

SCHISTEK, H. *O Semiárido Brasileiro: uma região mal compreendida*. In: Convivência com o Semiárido Brasileiro: autonomia e protagonismo social / CONTI, I. L.; SCHROEDER, E. O. (Org.). Editora IABS, Brasília-DF, Brasil - 2013. 208 p.

SCHNEIDER, S. *Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 18, n. 51, fevereiro/2003.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. *Mulheres rurais e políticas públicas no Brasil: abrindo espaços para o seu reconhecimento como cidadãs*. In: Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil / GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.) – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. 624 p. (Série Estudos Rurais).

SILVA, S. P. *Políticas Públicas, Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial*. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v. 16, n. 58. São Paulo: 2011.

SOTOMAYOR, O.; SAYAGO, D.; SABOURIN, E. *Debate sobre el Enfoque DTR (Desarrollo Territorial Rural) en América Latina*. Debate com Octavio Sotomayor, Unidade de Desenvolvimento Rural (Cepal). Sustentabilidade em Debate - Brasília, v. 4, n. 2, p. 101-112, jul/dez 2013. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/view/10050/7365>>. Acesso em: dez. 2015.

TAUSSIG, M. T. *The Devil and commodity fetishism in South America*. Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 1980.

VEIGA, J. E. da. *A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000. 197 p.

WEBER, M. *A política como vocação*. Ensaios de Sociologia. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

ZAOUAL, H. *Nova Economia das Iniciativas Locais: uma introdução ao pensamento pós-global*. Tradução de Michael Thiollent. DP&A: Consulado Geral na França. COPPE/UFRJ, 2006. Disponível em: <www.revhosp.org/ojs/index.php/hospitalidade/article/download/.../254>. Acesso em: jan. 2015.